

PROMULGADA PELA CAMARA MUNICIPAL

Institui Programa Farmácia Solidária



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES
ESTADO DO PARANÁ

L E I Nº 3.541/2015

Data: 23 de setembro de 2015.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a Instituir o Programa Farmácia Solidária no município de Bandeirantes, Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente da Câmara Municipal, em conformidade como o § 7º do art. 50 da Reformulação e Atualização da Lei Orgânica do Município de Bandeirantes, promulgo a seguinte

L E I

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa “Farmácia Solidária”, com o objetivo de favorecer o provimento das necessidades de medicamentos da população do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná,

Art. 2º O programa “Farmácia Solidária” consiste na arrecadação de sobras de medicamentos não vencidos junto à população pelas Unidades de Saúde e seu subsequente encaminhamento à Farmácia Central do Município, onde se dará a distribuição gratuita aos usuários do Sistema Único de Saúde, sob supervisão do(a) farmacêutico(a) responsável pela Farmácia Central do Município, após rigoroso controle de sua qualidade e prazo de validade.

Art. 3º Fica a Secretaria de Saúde do município autorizada a divulgar o programa “Farmácia Solidária” por meio de agentes comunitários de saúde.

Art. 4º Os medicamentos com prazo de validade expirado ou em vias de vencer serão encaminhados à área competente para incineração.

Parágrafo único. Serão também encaminhados para incineração os medicamentos líquidos violados.

Art. 5º Os beneficiários deste programa deverão ser avisados de que se trata de medicamentos obtidos na forma desta Lei.

Art. 6º Para ajudar na realização deste programa serão feitos convênios, se necessário, com a Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP e com a Faculdade Dom Bosco, com os estudantes do curso de Enfermagem e



CÂMARA MUNICIPAL DE BANDEIRANTES ESTADO DO PARANÁ

Farmácia, respectivamente, a fim de ajudar na identificação e separação dos medicamentos aptos ao uso sob a supervisão direta do farmacêutico(a) responsável pela Farmácia Central do município.

Art. 7º Eventuais omissões necessárias para fiel cumprimento desta Lei deverão ser regulamentadas por decreto do Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta), contados de sua publicação.

Art. 8 Esta Lei entra em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 23 de setembro de 2015.

Sonia Regina Zambone
Presidente